**EDITAL DO PREGÃO ELTERÔNICO Nº 002/2023**

**PREÂMBULO**

A pregoeira do Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO/CE, torna público para conhecimento de todos os interessados que até o dia **26 de dezembro de 2023, as 14:00 horas,** o sistema da plataforma BBM NET, estrá aceitando o cadastramento de propostas pelo seguinte link < [www.bbmnetlicitacoes.com.br](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/)>, dando-se a abertura das proposta pela PREGOEIRA no dia **10 de janeiro de 2024, as 14:00 horas,** estando previamente marcada para as **15:00** do dia **10 de janneiro de 2024** a fase de disputa de lances da licitação modalidade **PREGÃO ELETRÕNICO Nº 002/2023,** nos termos da Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006 e alterações e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. **OBJETO:** contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia fixa com portabilidade de número e telefonia móvel, mediante fornecimento de chip também com portabilidade, na modalidade Serviço Móvel Pessoal - SMP, para transmissão de voz e dados móveis e só dados móveis, e Discagem Direta Gratuita – DDG com número (0800) conforme detalhamento do ETP, para atender as demandas deste Conselho Regional de Odontologia do Ceará.
	1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE
	2. MODO DE DISPUTA: ABERTO
	3. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ **53.026,32** (Cinquenta e três mil, vinte e seis reais e trinta e dois centavos)
	4. PROCESSO REQUER A APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA E/OU LAUDOS TÉCNICOS: **NÃO**.
	5. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** A despesa resultante desta Licitação ocorrerá à conta de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do exercício de 2023, consignadas no: **6.2.2.1.1.01.04.04.004.004 –** Serviços de Internet e Telefônia em Geral.
	6. **RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO:**
		1. A impugnação ao Edital e/ou pedido de esclarecimento poderá ser feita, por qualquer interessado, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, conforme dispõe art. 164 da Lei 14.133/2021, mediante documento formalizado e apresentado EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA PROVEDOR no endereço eletrônico [www.bbmnetlicitacoes.com.br.](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/)
		2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, e/ou não motivadas.
		3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial, no endereço [http://](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/) [www.bbmnetlicitacoes.com.br,](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a administração.
	7. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** das 14:00 horas do dia 26/12/2023

às 14:00 do dia 10/01/2024.

* 1. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 15:00 horas do dia 10/01/2024.
	2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.
	3. **ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: [www.bbmnetlicitacoes.com.br.](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/)
	4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica

[www.bbmnetlicitacoes.com.br.](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/)

* 1. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade Superior e propor a homologação.

## PREFERÊNCIA ME/EPP: NÃO

* + 1. Justifica-se a não observância do artigo 48, III da Lei Complementar n. 147/2014, em razão de que o processo não deve perder seu objeto principal que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do inciso III, do artigo 49 da LC 123/2006.

## TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

* + 1. A obtenção de benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
		2. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº. 123/2006 e reproduzidos neste edital, deverá apresentar ainda o seguinte documento:
			1. CERTIDAO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL do estado sede da licitante, comprovando a condição de ME ou EPP, expedida em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data marcada para a abertura das propostas; Ou,
			2. Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/2006, conforme modelo do ANEXO IV.
		3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei 14.1333/2021.
		4. O licitante que invocar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e não apresentar os documentos comprobatórios respectivos ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Brusque, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais.

## LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL:

2.1 Local para retirada do Edital no site oficial do CRO/CE, na aba “LICITAÇÕES”, conforme link

< <https://www.cro-ce.org.br/licitacoes> e https://[www. bbmnetlicitacoes.com.br.](http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/)

* 1. Esclarecimentos e informações aos licitantes através do [https://www.bbmnetlicitacoes.com.br](https://www.portaldecompraspublicas.com.br/) . Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico [https://www.bbmnetlicitacoes.com.br.](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/)
	2. As empresas interessadas em participar do certame licitatório em epígrafe, deverão estar atentas às informações disponibilizadas pelo CRO/CE no site do Portal da BBMNET ([https://www.bbmnetlicitacoes.com.br](https://www.portaldecompraspublicas.com.br/)) a qualquer momento, em virtude de esclarecimentos, erratas ou outras informações relevantes acerca do processo licitatório em curso.

## DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

* 1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciadas perante o Sistema da Bolsa Brasileira de Mercadoria - BBMNET - https[://ww](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/)w.bbmnet.com.br de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
	2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
	3. Da participação das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):
		1. Será regida pela Lei Complementar N.º 123/2006.
		2. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar N.º 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadarem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, da Lei Complementar Nº 123/2006.
	4. Das vedações. Não poderão participar direta ou indiretamente desta licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
		1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
		2. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
		3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
		4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º, §1º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
		5. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
		6. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
		7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público- OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
		8. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;
		9. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência ([www.portaltransparencia.gov.br/cnep),](http://www.portaltransparencia.gov.br/cnep%29) para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública.
	5. Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

3.5.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13).

* 1. A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
	2. Conforme preceitua o art. 174 da Lei nº 14.133/2021, a participação dos licitantes será vinculada a contabilização de todos os prazos a partir das publicações no Portal da BBM NET, no endereço [http://www.bbmnet.com.br,](http://www.bbmnet.com.br/) que se destina a realização de todo procedimento licitatório desde a publicação do edital até a homologação do resultado.
	3. Será assegurado, em conformidade com os art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, direito de preferência aos licitantes que invocarem a condição de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), cujas propostas sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

## COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

* + 1. CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTES DECLARAÇÕES:
1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior.
2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
3. Declaro que não recebi da administração direta ou indireta ou de qualquer outra entidade, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração pública, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.
4. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
	1. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa Licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 337-E e seguintes da Lei nº 14.133/2021, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital.

## DO CREDENCIAMENTO NO PROVEDOR DO PROCESSO ELETRÔNICO:

* 1. O fornecedor deverá fazer sua adesão ao Portal da BBM NET, acessando o seguinte endereço: https://www.bbmnetlicitacões.com.br, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse e apresente a documentação e condições exigidas terá acesso ao Portal, podendo sanar eventuais dúvidas

.

* 1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
	2. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal da Bolsa Brasileira de mercadorias, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade do licitante.
	3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
	4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
	5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
	6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
	7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no PORTAL DA

BBM NET e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

* 1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
	2. É vedada a participação de usuário representante de duas ou mais empresas, para o mesmo item do processo, implicando na sua desclassificação e nas sanções legais previstas em Lei.
	3. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro da BBM NET, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

##  DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

* 1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
	2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
	3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43,

§ 1º da LC nº 123, de 2006.

* 1. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
	2. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
	3. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
	4. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Agente de Contratações, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.
	5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
		1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do Agente de Contratações, para a Comissão de Contratação do CRO/CE , situado na Rua Gonçalve Lêdo, 1655, Joaquim Távora, Cidade de Fortaleza/CE, das 9h00min às 17:00h.
		2. A responsabilidade pelo envio dos documentos, via correio, no prazo previsto no item 9.8.1 é da empresa interessada.
		3. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratações suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
	7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
	8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
		1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
		2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
	9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
		1. Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
		2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
	10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item.

5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

* 1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
	2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

* 1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
		1. Valor ou desconto (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;
		2. Descrição do objeto, contendo as informações conforme especificação do Termo de Referência, indicando, a marca e no que for aplicável o modelo (quando solicitado no termo de referência), prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
	2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
	3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
	4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
	5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
	6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
	7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
	8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
	9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, quando participarem de licitações públicas;
		1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 6.9.
	10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

* 1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
	2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
		1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
		2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
		3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
	3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
	4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
	5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
	6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, conforme constante no termo de referência.
	7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
	8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
	9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será fixado pelo Pregoeiro.
	10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
	11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
	12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
		1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
		2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
		3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar- se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
	13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
	14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
	15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
	16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
	17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
	18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
	19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
		1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
		2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
		3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
		4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
	20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
		1. No país;
		2. Por empresas brasileiras;
		3. Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
		4. Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
	21. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

## DA NEGOCIAÇÃO, ACEITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

* 1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro irá abrir a etapa de negociação, pelo período mínimo de 02 (duas horas).
		1. Durante esse período o Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
		2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
		3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
		4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2 Durante a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto na Lei 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta Consolidada no Tribunal de Contas da União e no SICAF.

* 1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
		1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
		2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
		3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
	2. O Pregoeiro convocará, durante a etapa de negociação, o arrematante para enviar, digitalmente, aproposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.
		1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
	3. A proposta deve conter:
1. Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, números do CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);
2. O preço unitário e total para cada serviço cotado, especificados no Termo de Referência (Anexo II deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
3. A descrição do serviço cotado de forma a demonstrar que atendem as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo II deste Edital;
4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
5. Conter prazo de execução dos serviços e/ou entrega do produto, conforme descrito no Anexo II**I**, contados do recebimento da “Nota de Empenho” e/ou quando não houver a formalização do instrumento de contrato; “da ordem de serviço/compra”;
6. Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
	* 1. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no subitem 8.4, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará a desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.

8.5.1.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.

* 1. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.
	2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
	3. Será desclassificada a proposta vencedora que:
		1. Contiver vícios insanáveis;
		2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
		3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
		4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
		5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
	4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.
		1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
			1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
			2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
	5. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

* 1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá́ ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
		1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
		2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
	2. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
	3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

## DA FASE DE HABILITAÇÃO

* 1. Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta, será verificada a Documentação de Habilitação do licitante arrematante, para confirmação da sua habilitação, com base nas exigências constantes neste Edital.,
		1. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em **nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial**, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.
		2. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.
	2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório e/ou por servidor público.
	3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
	4. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
	5. Após a entrega dos documentos para habilitação, será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, em sede de diligência a critério da Pregoeira:
		1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
		2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
	6. O saneamento de documento ou proposta, previsto no item anterior deverá acorrer, preferencialmente, na própria sessão.
		1. Não sendo possível, será concedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, admitindo o encaminhamento por via eletrônica.
		2. Não será concedido novo prazo para juntada de documento, devendo o requerimento se formulado até o fim da sessão, sob pena de preclusão.
	7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
	8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
	9. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
	10. Os licitantes arrematantes deverão apresentar os seguintes documentos:

## COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1. – Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis junto a Junta Comercial da respectiva sede, para o caso de empresário individual;
2. – Para licitante microempreendedor individual – MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, hipótese em que será realizada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
3. – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, para os casos de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI/SLU:
4. – Caso o licitante seja sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
5. – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
6. – Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

Observação: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

1. – Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;
2. – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
3. – Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
4. – Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidão.](http://www.tst.jus.br/certid%C3%A3o)

Observação:

* 1. Para a regularidade fiscal e trabalhista, será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

## QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1. Balanço Patrimonial, assinado por contabilista devidamente habilitado, juntamente com o representante da empresa, onde devem fazer parte as demonstrações do último exercício social, exigíveis e apresentadas na forma da lei
2. Entende-se por “forma da lei” o seguinte:
3. Quando S.A, Balanço patrimonial devidamente registrado (art. 289, caput e parágrafo 5º, da Lei Federal Nº 6.404/76).
4. do outra forma societária, balanço acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (artigo 5º, parágrafo 2º, do Decreto-lei Nº 486/69, autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio), juntamente com a Certidão de Regularidade Profissional

- CRP do profissional responsável pelo trabalho técnico-contábil, nos termos da Resolução CFC 1.402/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, reservando-se à COMISSÃO o direito de exigir a apresentação do Livro Diário para verificação dos valores, assinados por contador habilitado.

1. Comprovação de boa situação financeira será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que um (>1), autenticado pelo órgão competente do Registro do Comércio, resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

## LG = Liquidez Geral LC = Liquidez Corrente

**SG = Solvência Geral**

Onde:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

**LG** =

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

**LC** =

Passivo Circulante

Ativo Total

**SG** =

Passivo Circulante + Exigível a Longa Prazo

1. Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores;

## QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Autorização da ANATEL para executar o objeto da contratação, que se comprovará através da apresentação do Contrato de Concessão ou do Termo de Autorização, ou ainda través da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

## DA HABILITAÇÃO DAS MEs / EPPs

1. – Condicionada a apresentação do documento solicitado nos itens 1.14.2.1 ou 1.14.2.2 do edital.
2. As empresas qualificadas como ME / EPP, na forma da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar todos os documentos de habilitação, referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.
3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

IV. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
2. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
3. A não regularização no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para prosseguimento do certame.

## DOS RECURSOS

* 1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no **prazo de 30 (trinta) minutos.**
		1. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
		2. Diante da manifestação da intenção de recurso o Pregoeiro não adentrará no mérito

recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

* 1. Recebida a intenção de interpor recurso pelo Pregoeiro, a licitante deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.
		1. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no Sistema. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao Pregoeiro ou enviadas por quaisquer outros meios (e-mail, correspondência, etc).
	2. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 3 (três) dias úteis após o recebimento das razões e contrarrazões ou, neste mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
	3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
	4. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no processo para responder pelo licitante.
	5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
	6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: [https://www.cro@cro-ce.org.br](https://www.cro@cro-ce.org.br/) e https://www.bbmnet/licitacoes.com.br.

## DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

* 1. O objeto deste pregão será adjudicado ao vencedor por ato do Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá, após a regular decisão dos recursos interpostos, à Autoridade superior ao pregoeiro, com competência para decidir recursos.
	2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

* 1. Após a homologação da licitação, a licitante vencedora será convocada para assinar o termo de contrato ou retirar a Nota de Empenho (ou instrumento equivalente).
	2. O prazo de vigência e as condições de reequilíbrio e/ou revisão de preços, observarão as cláusulas contratuais ou as disposições constantes de instrumento equivalente.
	3. O prazo máximo para assinatura e entrega do termo de contrato e/ou Ata de Registro de Preço é de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento via e-mail. Para assinatura do contrato deverá ser de forma física em dia e horário de expediente, de segunda a sexta feira, de 09:00 às 18:00 horas ou assinado digitalmente com certificação ICP Brasil em todas as laudas do contrato, sob pena de perda da expectativa de direito contratual, vide art. 90, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.
		1. O Prazo de que trata o subitem 12.3. poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pelo o Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO/CE.
		2. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, importará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades estabelecidas neste edital.

12.4 Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

12.5.O Termo de contrato deste Edital, ou instrumento equivalente, estabelecerá as hipóteses, prazo e condições de pagamento, prestação das garantias, obrigações das partes contratantes, dentre outras obrigações.

* 1. O presente Edital fará parte integrante do contrato, bem como seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.
	2. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto deste Pregão.

## DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

* 1. Sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal previstas na legislação brasileira vigente e da faculdade de rescisão contratual, o CRO/CE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais, nos termos previsto no artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
1. advertência;
2. multa;
3. impedimento de licitar e contratar;
4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
	* 1. A sanção prevista na alínea “a” do subitem 13.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.1333/2021 aplicado a este certame, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
		2. A sanção prevista na alínea “b” do subitem 13.1, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 do estatuto federal vigente.
		3. A sanção prevista na alínea “c” do subitem 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
		4. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 13.1 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 13.1.3, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
	1. Será aplicada multa por inexecução do objeto da licitação, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes casos e percentuais:
		1. Quando os trabalhos de fiscalização da Administração da execução dos serviços forem dificultados, inclusive quando forem omitidas informações de responsabilidade da CONTRATADA referentes à execução contratual;
		2. Quando houver descumprimento na execução dos serviços especificados no Projeto, ou das Normas Técnicas pertinentes, que acarrete risco de grave prejuízo para a Administração, terceiros ou de danos ambientais;
		3. Quando a sinalização das frentes de serviços for insuficiente, e mesmo após ter notificada, a contratada não reforçar a sinalização, com grave risco aos usuários e a segurança no trecho; no caso de recusa injustificada do contratado em assinar ou retirar termo aditivo, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, será aplicada multa de 2,0% (dois por cento) do valor total do contrato.
		4. Nos demais casos não previstos, fica estabelecida uma multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor do contrato na inexecução parcial do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato;
		5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:
			1. Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre- se parcialmente executado;
			2. Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução e planejamento do contrato;
			3. A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no contrato e na Lei 14.133/2021.

§ 1º As sanções de advertência e inidoneidade não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com as multas e/ou com a Cláusula Penal no caso de rescisão.

§ 2º Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste Edital, competirá à Autoridade Competente encaminhar a decisão ao Controle Interno do Município para inserção no cadastro de empresas penalizadas do Município e dos demais órgãos competentes.

§ 3º Para o caso de rescisão contratual decorrente de inexecução contratual culposa da contratada, fica instituída a Cláusula Penal Compensatória por perdas e danos no valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular, observado o que segue:

1. Para exigir a pena convencional, não é necessário que a Contratante alegue prejuízo.
2. O montante de 10% acima definido vale como mínimo da indenização, não prejudicando o ressarcimento por prejuízos com valores a ele excedentes.
	1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 3 (anos) anos, em conjunto com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta, bem como das demais cominações legais, o licitante/contratado que:
3. Der causa à inexecução parcial do contrato;
4. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
5. Der causa à inexecução total do contrato;
6. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
7. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
8. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
9. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
10. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
11. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
12. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
13. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
14. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
	1. As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório e observadas as competências que são próprias do Conselho Regional de Odontologia do Ceará – CRO/CE.
	2. Os montantes relativos às multas contratuais e a Cláusula Penal Compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobradas judicialmente ou descontadas dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato.
	3. Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada.
	4. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança, inclusive judicialmente, da diferença.
	5. Independentemente das sanções legais cabíveis, o Licitante ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.
	6. Os prazos referidos neste Edital só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.
	7. Do direito de defesa.
		1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 156, da Lei 14.1333/2021 (item 13.1, “a”, “b” e “c”), caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.10.1.1. recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.Conforme artigo nº 166 da Lei nº 14.133/2021.

* + 1. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput do art. 156 da Lei 14.1333/2021 (item 13.1, “d”) caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
		2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
		3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 13.1, requererá a instauração de processo de responsabilização, para avaliação dos fatos e circunstâncias conhecidos

e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

* + 1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se- á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
		2. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União.
		3. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente (Controle Interno) que por sua vez, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal e SICAF.
	1. A CONTRATADA terá o prazo de 03 (três) dias úteis para interpor recurso, contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata, em face da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.
	2. Da sujeição a perdas e danos: Independentemente das sanções legais cabíveis, previstas no edital, a Contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados ao Município pelo descumprimento das obrigações licitatórias.

## DOS ADITIVOS E DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

* 1. **DOS ADITIVOS**
		1. O contrato proveniente desta licitação será regido pelas normativas da Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto municipal nº 9.430/2023 e poderá ser alterado, unilateralmente pela Administração, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.
		2. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
		3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I- Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

1. - Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
2. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
3. Empenho de dotações orçamentárias.

## DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.2.1.A empresa deverá fazer uma disputa equilibrada, considerando a manutenção do valor proposto pelo prazo de vigência do contrato, pois oscilação de mercado não é fato suficiente a ensejar reequilíbrio econômico-financeiro.

* + 1. Sempre que atendidas as condições do Contrato considera-se mantido seu equilíbrio econômico- financeiro.
		2. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade.
		3. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro devidamente justificado pela Contratada antes da solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, caso os preços apurados no mercado sejam mais vantajosos, poderá a Administração liberar o contratado do compromisso sem aplicação de penalidades.
		4. Na ocorrência de requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro pela Contratada após a solicitação da ordem de execução pelo Poder Público, o CONTRATATADO não poderá recusar e/ou interromper o contrato até decisão final no processo administrativo.
		5. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 9.430/2023 e alterações.
		6. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.
		7. Os casos omissos serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreadas em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
		8. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação das propostas, os preços inicialmente contratados, poderão ser reajustados mediante solicitação, de acordo com a variação do IPCA acumulado no período.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1.- Interessados poderão adquirir cópia do Edital somente via download do arquivo através do Portal Eletrônico http://www.bbmnet/licitacoes.com.br e do site oficial do CRO/CE https://www.cro- ce.org.br/licitacoes.

* 1. As atas serão geradas eletronicamente após o encerramento da sessão pelo Agente de Contratação;
		1. Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro das Licitantes participantes, das propostas apresentadas, da análise da documentação de habilitação da(s) vencedora(s) e da interposição de recurso(s), se for o caso;
		2. Os demais atos licitatórios serão registrados no processo da licitação.
	2. A Licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus anexos, pois a simples apresentação da PROPOSTA submete a Licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor;
		1. No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus ANEXOS, prevalecerão as disposições do primeiro.
	3. A Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da Licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.
	4. A Administração Pública reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da PROPOSTA ou da DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer Licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da Licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.
	5. É facultado ao Agente de Contratação, ou autoridade superior, em qualquer fase desta Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
	6. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, poderá a Licitante, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.
	7. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
	8. A simples participação neste certame licitatório importa na aceitação, sem ressalvas e objeções, por parte de todas as empresas licitantes, das disposições contidas neste Edital e seus anexos, dos quais os mesmos atestam, pela participação, terem pleno conhecimento.
	9. Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal do CRO/CE, revalidar, por igual período, o

documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório.

* 1. Fica constituído como obrigação das empresas participantes, o acompanhamento das publicações contidas no Diário Oficial da união e através dos sítios: <https://www.cro-ce.org.br/licitacoes> e [https://www.bbmnet.com.br/licitacoes.](https://www.bbmnet.com.br/licitacoes)
	2. As decisões referentes a este processo licitatório serão publicadas no Diário Oficial da União.
	3. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação da Comissão de Contratação, nos dias úteis, das 09h00min às 12h00min e das 13h30min às 18h00h ou pelo e-mail:https://www.licitacoes@cro-ce.org.br poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico [http://www.bbmnet.com.br.](http://www.bbmnet.com.br./)
	4. Os casos omissos neste edital serão analisados e resolvidos pela aplicação de normas pertinentes às Licitações e Contratos, Lei Federal nº 14.133/2021 e ulteriores alterações, através do Agente de Contratação, eventualmente ouvidos os órgãos técnicos e especializados, as decisões do Agente de Contratação serão ratificadas pela autoridade superior.
	5. Objetivando garantir o acesso às informações, bem como a transparência dos atos públicos, todas as informações constantes no edital, bem como no contrato a ser firmado com as empresas que serão contratadas, assim como os demais atos inerentes, são públicos e são instrumentos de transparência da gestão fiscal e serão submetidos a ampla divulgação em observância aos dispostos na Lei 12.527/2011 (acesso a informações) e na Lei geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD n. 13.709/2018), bem como nos artigos 48 e 58, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal n. 101/2000, na Lei da Transparência n. 131/2009.
	6. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I - ETP

ANEXO II - Termo de Referência; ANEXO III - Modelo de Proposta Preço; ANEXO IV - Modelo de Declaração; ANEXO V - Minuta de Contrato;

Fortaleza, CE, 15 de dezembro de 2023.

## Karisie Figueirêdo JorgeAgente de contratação/Pregoeira

**ANEXO I - ETP**

*Estudo Técnico Preliminar - ETP*

*Contratação de serviços de troncos de telefonia E1- R2 CAS Tronco (30 canais) com CSP, serviço de VC1, VC2 e VC3. Telefonia móvel local e nacional, voz e internet de dados móveis 4G ou superior, mínimo 10 Gb por unidade de chip. Chip de dados para tablet 4G ou superior, mínimo 10 Gb por unidade de chip. Serviço de telefonia 0800 local e nacional VC1, VC2 e VC3.*

Nov/2023

#

# SEÇÃO I - CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

# Equipe de planejamento da contratação

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Setor** | **E-mail** | **Papel** |
| 1. Gládyo G. Vidal | Diretoria | presidencia@cro-ce.org.br | Presidente |
| 2 Carlos Renan | Gestor de Contratos | gestaodecontratos@cro-ce.org.br | Gestor de contratos |
| 3 Karisie Jorge | Licitação | karisiejorge@cro-ce.org.br | Pregoeira/agente de contratação |
| 4 Helyannai Herysson | Compras | helyannai.herysson@cro-ce.org.br | Compras / Licitação |

Tabela 01: Equipe de planejamento.

# Introdução

Este documento apresenta Estudo Técnico Preliminar, que constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei 14.133/1993, art. 6°, inciso XX e XXV. Além disso, é requisito da Resolução CNJ Nº 182/2013 que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Ainda, a estrutura deste documento fundamenta-se nas orientações constantes do Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V1.0, publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e, por conseguinte, encontra-se respaldado no arcabouço técnico legal acerca das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação.

# Necessidade de Contratação

Para a efetiva prestação da atividade, a disponibilização de uma solução que propicie a comunicação é imprescindível e faz-se necessária para manter e garantir um meio de comunicação para cumprir as atividades administrativas e operacionais deste Conselho Regional de Odontologia proporcionando atendimento ao público externo em geral, tanto em ligações telefônicas como nos atendimentos diferenciados por meio dos demais canais.

Ainda, o serviço de telefonia fixa é imprescindível para facilitar a comunicação dos setores entre si, como também o público externo, para que o diálogo seja continuo e ininterrupto, tornando-se célere e eficiente.

O serviço de telefonia móvel, igualmente se faz necessária para efetiva comunicação com agentes fiscalizadores atuantes em todo o estado do Ceará na realização de suas atribuições. Concernente ainda aos agentes de fiscalização deste conselho, e para o bom funcionamento de suas prerrogativas, é basilar o uso de chip de dados para utilização em tablets de uso exclusivo para estes fins, a comunicação em tempo real de notificações e autuações decorrentes de diligências e vistorias.

Para tanto, faz-se essencial o uso de uma linha telefônica gratuita por meio do número (0800) que seja disponibilizada ao público em geral por meio da ouvidoria para comunicação ininterrupta e ágil entre os mesmos e o ente público, seja esta ligação local regional ou nacional.

Considerando o supracitado é imprescindível nova contratação de serviços de telefonia fixa, móvel e chip de dados móveis e de telefonia com discagem direta gratuita - DDG (0800) conforme as especificações apresentadas neste estudo.

# Alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional

Aprimorar a gestão e a governança de TIC (Tecnologia da Informação de Comunicação).

Promover serviços de soluções corporativas.

Viabilizar uma comunicação contínua e ininterrupta com público em geral (interno e externo).

# SEÇÃO II - ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

# Requisitos Técnicos

# Definição

Empresa especializada e devidamente homologada nos órgãos reguladores para a prestação de serviços de telefonia fixa comutada - STFC, com portabilidade de número e

telefonia móvel, mediante fornecimento de chip também com portabilidade, na modalidade serviço móvel pessoal - SMP, para transmissão de voz e dados móveis, só dados móveis por meio de cartão SIM e serviços de telefonia com discagem direta gratuita - DDG (0800). Compreendendo:

1. - Serviço de telefonia fixa compatível com tronco digital E1 - R2D sinalização R2 CAS Tronco (30 Canais Digitais), com portabilidade de número fixo já de uso do CRO/CE para ligações locais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que utilize o CSP (da operadora CONTRATADA), com ligações Ilimitadas para qualquer número Móvel DDD de qualquer operadora com serviço de VC1, VC2 e VC3.

|  |
| --- |
| **Serviço de Telefonia E1 Fixa** |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Qtd.** |
| 1 | Serviço de telefonia fixa compatível com tronco digital E1 - R2D sinalização R2 CAS Tronco (30 Canais Digitais), com portabilidade de número fixo já de uso do CRO/CE para ligações locais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que utilize o CSP ( da operadora CONTRATADA), com ligações Ilimitadas para qualquer número Móvel DDD de qualqueroperadora com serviço de VC1, VC2, VC3 e VC4. | SERV | 01 |

Tabela 02: Descrição da solução para telefonia fixa

1. - Serviço de telefonia móvel, mediante fornecimento de chip novo, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de no mínimo, 10 GB por unidade de chip.

|  |
| --- |
| **Serviço de Telefonia Móvel** |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Qtd.** |
| 2 | Serviço de telefonia móvel, mediante fornecimento de chip novo, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de nomínimo, 10 GB por unidade de chip. | SERV | 20 |

Tabela 03: Descrição da solução para telefonia móvel

1. - Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de chip novo, adequado para o uso em tablets, compatível com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip.

|  |
| --- |
| **Serviço de Chip de dados** |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Qtd.** |
| 3 | Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de chip novo, adequado para o uso emtablets, compatível com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip. | SERV | 06 |

Tabela 04: Descrição da solução para chip de dados

1. - Serviços de Telefonia de Ligação Gratuita (0800), com instalação e assinatura mensal com as seguintes especificações: Serviço Telefônico 0800 ligações local fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações local móvel VC1. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional VC2 e VC3

|  |
| --- |
| **Serviço de Telefonia DDG - 0800** |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade** | **Qtd.** |
| 4 | Serviços de Telefonia de Ligação Gratuita (0800), com instalação e assinatura mensal com as seguintes especificações: Serviço Telefônico 0800 ligações local fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações local móvel VC1. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional VC2 e VC3. | SERV | 01 |

Tabela 05: Descrição da solução para telefonia com discagem direta gratuira – DDG (0800)

Estas quantidades servem de subsídio às licitantes para formulação de suas propostas. No entanto, isto constitui o compromisso ou obrigação para com a contratada em função de atingir as especificações apresentadas.

# . Das obrigações da contratada

* + 1. Dar plena e fiel execução do contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
		2. Fornecer, ativar e manter os meios de comunicação até os pontos de terminação de rede;
		3. Efetuar manutenções preventivas e corretivas dos feixes digitais E1 RD2 com DDR e DDG (0800);
		4. Disponibilizar acesso ininterrupto ao serviço, 24h (vinte e quatro horas) por dia, todos os dias do ano, ressalvadas as interrupções causadas por casos fortuitos ou motivos de força maior, ou ainda aquelas previamente acordadas entre as partes;
		5. Definir os meios e recursos técnicos que devem ser empregados na transmissão dos sinais através de Rede Pública de Telecomunicações;
		6. Definir e especificar as características técnicas que devem ser obedecidas para a manutenção da rede interna do CONTRATANTE;
		7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CONTRATANTE;
		8. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;
		9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
		10. Atender de imediato às solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo providenciar a correção no prazo máximo de 6 (seis) horas, a contar da notificação;
		11. Quando ocorrer defeito que exija mais tempo, deverá ser negociado com o CONTRATANTE que, achando conveniente, concederá prorrogação deste prazo, por escrito mediante e-mail institucional;
		12. Comunicar ao CONTRATENTE, com prazo de antecedência de 05 (cinco) dias úteis, a suspensão ou alteração do serviço a ser promovida, quando vier a ocorrer paralisação decorrente de manutenção ou de alteração dos meios técnicos operacionais e o tempo previsto;
		13. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até oito horas, a contar da notificação;
		14. Indicar, entre seus técnicos e/ou funcionários um funcionário/consultor, para possíveis contatos, principalmente quanto ao acompanhamento, à prestação e faturamento dos serviços contratados, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
		15. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, após comprovação dos mesmos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;
		16. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
		17. Manter, durante a vigência do contrato, a Certidão Negativa de Débitos – CND, Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS, bem como a Certidão Trabalhista, devidamente atualizados;
		18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços, nos termos do art. 125, da Lei 14.133/21;
		19. Orientar o CONTRATANTE para a operação e uso adequado do serviço, sendo essa orientação limitada às ações necessárias para o estabelecimento do acesso;
		20. Comprometer-se a não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser contratado, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
		21. Comunicar a CONTRATANTE, através de sua Diretoria de Serviços de Infraestrutura Logística e Segurança, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
		22. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização do CONTRATANTE;
		23. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a

CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

* + 1. O prazo para início da instalação dos serviços de telefonia em geral será de até 05 (cinco) dias úteis para a telefonia fixa, móvel e DDG; e de até 10 (dez) dias corridos para a entrega dos cartões SIM chip de dados. Tendo o prazo de até 30 (trinta) dias para findar a completa instalação, sendo que os serviços de telefonia existente atualmente no prédio do Conselho Regional de Odontologia do Ceará não poderão sofrer descontinuidade total, cabendo à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;

# Obrigações do Contratante

* + 1. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;
		2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
		3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive, permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, se necessário;
		4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior e/ou caso fortuito, justificados ao CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;
		5. Manter seus dados cadastrais junto à CONTRATADA devidamente atualizados;
		6. Efetuar o pagamento da nota fiscal / fatura de prestação de serviços de telecomunicações no vencimento;
		7. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 90 (noventa) dias, para que possa ser analisada a nova condição de atendimento;
		8. A operadora deverá comunicar ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter ou manutenções julgadas necessárias.

# Local para a prestação do serviço

* 1. **O serviço será executado na unidade constante na tabela a baixo:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **UNIDADE** | **ENDEREÇO** | **CIDADE** |
| **1** | **CRO-CE** | Rua Gonçalves Ledo, 1655 – Joaquim Távora, Fortaleza- CE, 60110-261 | **Fortaleza** |
| **2** | **CRO-CE** | Rua Gonçalves Ledo, 1655 – Joaquim Távora, Fortaleza- CE, 60110-261 | **Fortaleza** |
| **3** | **CRO-CE** | Rua Gonçalves Ledo, 1655 – Joaquim Távora, Fortaleza- CE, 60110-261 | **Fortaleza** |
| **4** | **CRO-CE** | Rua Gonçalves Ledo, 1655 – Joaquim Távora, Fortaleza- CE, 60110-261 | **Fortaleza** |

Tabela 06: Unidades de atendimento.

# Critérios de remoção de resíduos e sustentabilidade ambiental

A Contratação deve obedecer às normas ambientais e de sustentabilidade aplicáveis no Brasil, promovendo a correta destinação dos resíduos resultantes da prestação do serviço, tais como peças substituídas, embalagens, entre outros, observando a legislação e princípios de responsabilidade socioambiental como a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Decreto nº 10.936/2022, regulamentada pela Lei nº 12.305/2010.

# Das penalidades e multas

* 1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no art.156, da Lei nº 14.133/2021:
		1. – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Administração;
		2. – Multa prevista na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a administração;
		3. – Suspensão por até 03 (três) anos do direito de licitar com a Administração, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízos para a Administração, conforme o § 4º, art. 156, da Lei nº 14.133/2021.
		4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associam-se à prática de lícito penal.

* 1. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto deste contrato.

# Políticas de Controle de Acesso

O controle de acesso do CONTRATADO por parte da CONTRATADA se dará mediante:

* 1. Referente ao que se destina as dependências interna do Conselho Regional de Odontologia do Ceará, o acesso se dará mediante autorização do CONTRATANTE para que seja realizado a instalação dos serviços dos itens licitados ou diante de solicitação da mesma para manutenções corretivas necessárias para possibilitar a continuidade do serviço deste órgão;
	2. Nas dependências externas deste conselho, faz-se necessário comunicação por parte da CONTRATADA para execução do serviço preventivo ou corretivo, e/ou solicitação por parte do CONTRATANTE solicitando manutenção corretiva para os itens contidos neste Estudo Técnico Preliminar;
	3. Tanto para as dependências internas e/ou externas, faz-se obrigatório a identificação do prestador de serviço por meio de fardamento disponibilizado pela CONTRATADA, crachá de identificação do prestador de serviço, ordem de serviço e comunicação prévia.
	4. Para serviços externos, desde que não seja nas dependências externas deste conselho, este controle de segurança não é aplicável.

# Soluções

* 1. . **Solução I: Telefonia E1**

# Nome:

Contratação de serviços de troncos de telefonia E1

# Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia de terminais digitais E1 – R2D sinalização R2 CAS. Tronco (30 canais digitais), para ligações locais, regionais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que se utilize o CSP, com ligações ilimitadas para qualquer número móvel DDD com serviços VC1, VC2 e VC3 para o CRO-CE.

# Viabilidade:

A solução encontra-se instalada, porém o funcionamento está interrompido e sua operacionalização comprometida, necessitando desta forma um novo número telefônico para reestabelecimento da comunicação tanto interna como externa.

# . Solução II: Telefonia Móvel (SMP) Nome:

Contratação de serviços móveis

# Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia móvel, mediante fornecimento de chip novo, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de no mínimo, 10 GB por unidade de chip.

# Viabilidade:

A solução encontra-se em pleno funcionamento e com operacionalização do paradigma tecnológico instalado, e já de uso dos servidores e demais colaboradores, havendo assim uma necessidade de readequação ao quantitativo em decorrência ao aumento do quadro de funcionários e atualização dos 4G ou superior que representam a maior parte das conexões de rede móvel no Brasil, respondendo por

mais de 77% dos acessos à internet por celulares.

# . Solução III: Chip de dados móveis 4G ou superior Nome:

Contratação de serviços de chip com dados móveis para uso em tablet

# Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de chip novo, adequado para o uso em tablets, compatível com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip.

# Viabilidade:

A solução encontra-se em funcionamento e com operacionalização do paradigma tecnológico instalado, e já de uso dos fiscais deste conselho para realização dos atributos laborais dos mesmos. Necessitando de atualização da tecnologia 4G ou superior que representam a maior parte das conexões de rede móvel no Brasil.

# Solução IV: Discagem Direta Gratuita (DDG) Nome:

Contratação de serviços – DDG por meio do número 0800

# Descrição:

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviços de Telefonia de Ligação Gratuita (0800), com instalação e assinatura mensal com as seguintes especificações: Serviço Telefônico 0800 ligações local fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações local móvel VC1. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional VC2 e VC3.

# Viabilidade:

Atualmente não dispusemos deste serviço. O serviço DDG é de uso recorrente

em órgãos públicos tanto na capital como no interior para possibilitar a comunicação gratuita entre o público externo e entes governamentais. Possuindo assim empresas atuantes nesta capital que fornecem o serviço almejado.

# Estimativa de valor da Solução I

* + 1. - Fornecedores

O fornecimento da solução está restrito a poucos fornecedores, uma vez que depende de autorização ou concessão de órgãos reguladores como a ANATEL. Além disto, para a entrega da solução é necessária infraestrutura de telecomunicações instalada nas vias urbanas com extensão até o endereço do cliente. O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC seguido da atividade 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CNPJ** | **Razão Social** | **E-Mail** | **Telefone** | **Situação** |
| 09.228.889/0001-33 | ALARES | bruna.leite@alaresinternet.com.br | (85) 2010-1010 | Não possui plano ilimitado |
| 33.530.486/0001-29 | EMBRATEL | luiz.coelho@claro.com.br | (85) 4005-2478 | Enviou proposta. |
| 17.901.688/0001-83 | PLANETA NET TELECOM | contato@redeplanetanet.com.br | (85) 99649.5737 | Enviou proposta. |
| 10.839.392/0001-30 | FG TECH | andreinarodrigues0101@gmail.com | (85) 4042-0480 | Enviou proposta. |
| 12.951.180/0001-76 | SITELCOM | andrepedrosacandido@outlook.com | (88) 3685-1682 | Enviou proposta. |

Tabela 06: Fornecedores.

* + 1. – Consulta em Plataformas Públicas de Preços

No período de 12/09/2023 à 11/10/2022 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição** |
| 21873 | TELEFONIA FIXA COMUTADA / CONVENCIONAL |
| 26085 | TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC |
| 26093 | ASSINATURA DE DDR |
| 26107 | ASSINATURA DE RAMAL TELEFÔNICO |
| 26115 | CHAMADAS LOCAIS FIXO-FIXO STFC-LOCAL-FF |
| 26123 | CHAMADAS LOCAIS FIXO-MOVEL STFC-LOCAL-FM (VC1) |
| 26140 | CHAMADAS NACIONAIS FIXO-MOVEL - STFC-LDN-FM (VC2 E VC3) |

Tabela 07: CATSER Telefonia fixa

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **Fonte** | **Ente licitante / objeto** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | PAINELDE PREÇOS | JUSTICA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - PR | R$ 930,06 | Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.b (relatório em anexo) |
| 2 | PNCP | UNILAB – REDENÇÃO/CE | R$ 2.850,23 | Fonte:[https://pncp.gov.br/app/contratos/12397](https://pncp.gov.br/app/contratos/12397930000100/2023/6) [930000100/2023/6](https://pncp.gov.br/app/contratos/12397930000100/2023/6) |
| 3 | PNCP | CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ. MARINGÁ/PR | R$ 1.568,03 | Fonte: [https://pncp.gov.br/app/editais/7641694](https://pncp.gov.br/app/editais/76416940000128/2023/1377)[0000128/2023/1377](https://pncp.gov.br/app/editais/76416940000128/2023/1377) |

Tabela 08: Mapa Comparativo Setor Público

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **Fonte** | **Fornecedor** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | EMAIL | EMBRATEL | R$ 1.500,00 | Fonte:luiz.coelho@claro.com.br |
| 2 | EMAIL | PLANETA NET TELECOM | R$ 1.390,00 | Fonte: contato@redeplanetanet.com.br |
| 3 | EMAIL | FG TECH | R$ 1.450,00 | Fonte: andreinarodrigues0101@gmail.com |
| 4 | EMAIL | SITELCOM | R$ 1.490,00 | Fonte: andrepedrosacandido@outlook.com |

Tabela 09: Mapa Comparativo Setor privado

|  |
| --- |
| **TELEFONIA FIXA** |
| N° | Itens | Und | Qnt | Valor Médio Unit. | Valor Total |
| 1 | Serviço de telefonia fixa compatível com tronco digital, de número fixo já de uso do CRO/CE para ligações locais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que utilize o CSP com ligações Ilimitadas para qualquer número. | Mês | 12 | R$ 1.596,90 | R$ 19.162,80 |

Tabela 10: Valor estimado anual Mapa Comparativo

# Estimativa de valor da Solução II

* + 1. – Fornecedores

O fornecimento da solução está restrito a poucos fornecedores, uma vez que depende de autorização ou concessão de órgãos reguladores como a ANATEL. O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 61.20-5-01 - Serviços de telefonia móvel celular – SMP, seguido da atividade 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CNPJ** | **Razão Social** | **E-Mail** | **Telefone** | **Situação** |
| 40.432.544/0001-47 | CLARO/SA | luiz.coelho@claro.com.br | (85) 4005-2478 | Enviou proposta. |
| 17.901.688/0001-83 | PLANETA NET TELECOM | contato@redeplanetanet.com.br | (85) 99649.5737 | Enviou proposta. |
| 10.839.392/0001-30 | FG TECH | andreinarodrigues0101@gmail.com | (85) 4042-0480 | Enviou proposta. |
| 12.951.180/0001-76 | SITELCOM | andrepedrosacandido@outlook.com | (88) 3685-1682 | Enviou proposta. |

Tabela 11: Fornecedores

* + 1. – Consulta em Plataformas Públicas de Preços

No período de 12/09/2023 à 11/10/2022 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição** |
| 26271 | CHAMADAS LOCAIS MOVEL-MOVEL INTRAOPERADORA SMP-LOCAL-MM-IO(VC1) |
| 26280 | CHAMADAS LOCAIS MOVEL-MOVEL EXTRAOPERADORA SMP-LOCAL-MM-EO(VC1) |
| 26298 | CHAMADAS LOCAIS MOVEL-FIXO SMP-LOCAL-MF (VC1) |
| 26301 | CHAMADAS NACIONAIS MOVEL-MOVEL INTRAOPERADORA SMP-LDN-MM-IO(VC2 E VC3) |
| 26310 | CHAMADAS NACIONAIS MOVEL-MOVEL EXTRAOPERADORA SMP-LDN-MM-EO(VC2 E VC3) |
| 26328 | CHAMADAS NACIONAIS MOVEL-FIXO SMP-LDN-MF (VC2 E VC3) |
| 26344 | ACESSO A INTERNET MOVEL (BANDA LARGA) |
| 26387 | PACOTE DE SERVICOS SMP (VOZ, DADOS, SMS, ETC) |

Tabela 12: CATSER Telefonia móvel

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N****°** | **Fonte** | **Ente licitante / objeto** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | PNCP | MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO.CRATEÚS/CE | R$ 69,90 | Fonte: <https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2023/292> |
| 2 | PNCP | TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. CAMPOGRANDE/MS | R$ 32,11 | Fonte: [https://pncp.gov.br/app/contratos/00509968000148/202](https://pncp.gov.br/app/contratos/00509968000148/2022/651)[2/651](https://pncp.gov.br/app/contratos/00509968000148/2022/651) |
| 3 | PAINEL DEPREÇOS | IPHAN-MUSEU PACO IMPERIAL/RJ | R$ 54,56 | Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br (relatório emanexo) |

Tabela 13: Mapa Comparativo Setor Público

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N****°** | **Fonte** | **Fornecedor** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | EMAIL | EMBRATEL | R$ 70,00 | Fonte:luiz.coelho@claro.com.br |
| 2 | EMAIL | PLANETA NET TELECOM | R$ 79,90 | Fonte: contato@redeplanetanet.com.br |
| 3 | EMAIL | FG TECH | R$ 84,50 | Fonte: andreinarodrigues0101@gmail.com |
| 4 | EMAIL | SITELCOM | R$ 83,40 | Fonte: andrepedrosacandido@outlook.com |

Tabela 14: Mapa Comparativo Setor privado

|  |
| --- |
| **TELEFONIA MÓVEL - SMP** |
| N° | Itens | Und | Qnt | Valor Médio Unit. | Valor Total |
| 2 | Serviço de telefonia móvel, mediante fornecimento de **20 chips novos**, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de no mínimo, 10 GB por unidade de chip. | Mês | 12 | R$ 1.355,40 | R$ 16.264,80 |

Tabela 15: Valor estimado anual Mapa Comparativo

# Estimativa de valor da Solução III

* + 1. – Fornecedores

O fornecimento da solução está vinculado a autorização ou concessão de órgãos

reguladores como a ANATEL para o referido objeto. O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 61.90-6-01 - Provedores de acesso às redes de comunicações, seguido da atividade 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CNPJ** | **Razão Social** | **E-Mail** | **Telefone** | **Situação** |
| 40.432.544/0001-47 | CLARO/SA | luiz.coelho@claro.com.br | (85) 4005-2478 | Enviou proposta. |
| 17.901.688/0001-83 | PLANETA NET TELECOM | contato@redeplanetanet.com.br | (85) 99649.5737 | Enviou proposta. |
| 10.839.392/0001-30 | FG TECH | andreinarodrigues0101@gmail.com | (85) 4042-0480 | Enviou proposta. |
| 12.951.180/0001-76 | SITELCOM | andrepedrosacandido@outlook.com | (88) 3685-1682 | Enviou proposta. |

Tabela 16: Fornecedores

* + 1. – Consulta em Plataformas Públicas de Preços

No período de 12/09/2023 à 11/10/2022 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição** |
| 26344 | ACESSO A INTERNET MOVEL (BANDA LARGA) |
| 26387 | PACOTE DE SERVICOS SMP (VOZ, DADOS, SMS, ETC) |
| 26379 | CHIP AVULSO |

Tabela 17: CATSER chip de dados móveis

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **Fonte** | **Ente licitante / objeto** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | PNCP | MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. CRATEÚS/CE | R$ 69,90 | Fonte: [https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2](https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2023/292) [023/292](https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2023/292) |
| 2 | PNCP | TRIBUNAL SUPERIOR DOTRABALHO. CAMPO GRANDE/MS | R$ 32,11 | Fonte:[https://pncp.gov.br/app/contratos/00509968000](https://pncp.gov.br/app/contratos/00509968000148/2022/651) [148/2022/651](https://pncp.gov.br/app/contratos/00509968000148/2022/651) |
| 3 | PAINELDE PREÇOS | IPHAN-MUSEU PACO IMPERIAL/RJ | R$ 54,56 | Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br (relatórioem anexo) |

Tabela 18: Mapa Comparativo Setor Público

Tabela 19: Mapa Comparativo Setor privado

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **Fonte** | **Fornecedor** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | EMAIL | EMBRATEL | R$ 50,00 | Fonte:luiz.coelho@claro.com.br |
| 2 | EMAIL | PLANETA NET TELECOM | R$ 89,90 | Fonte: contato@redeplanetanet.com.br |
| 3 | EMAIL | FG TECH | R$ 103,33 | Fonte: andreinarodrigues0101@gmail.com |
| 4 | EMAIL | SITELCOM | R$ 102,50 | Fonte: andrepedrosacandido@outlook.com |

|  |
| --- |
| **CHIP DE DADOS** |
| N° | Itens | Und | Qnt | Valor Médio Unit. | Valor Total |
| 3 | Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de **06 chips novos**, adequado para o uso em tablets, compatível com tecnologia 4G ou superior. com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip. | Mês | 12 | R$ 564,12 | R$ 6.769,44 |

Tabela 20: Valor estimado anual Mapa Comparativo

# Estimativa de valor da Solução IV

* + 1. – Fornecedores

O fornecimento da solução está restrito a poucos fornecedores, uma vez que depende de autorização ou concessão de órgãos reguladores como a ANATEL. Além disto, para a entrega da solução é necessária infraestrutura de telecomunicações instalada nas vias urbanas com extensão até o endereço do cliente. O ramo de atuação normalmente está associado à atividade CNAE 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC seguido da atividade 61.10-8-03 - Serviços de comunicação multimídia – SCM.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **CNPJ** | **Razão Social** | **E-Mail** | **Telefone** | **Situação** |
| 17.901.688/0001-83 | PLANETA NET TELECOM | contato@redeplanetanet.com.br | (85) 99649.5737 | Não enviou proposta |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 10.839.392/0001-30 | FG TECH | andreinarodrigues0101@gmail.com | (85) 4042-0480 | Não enviou proposta. |
| 12.951.180/0001-76 | SITELCOM | andrepedrosacandido@outlook.com | (88) 3685-1682 | Nãoenviou proposta. |

Tabela 21: Fornecedores

* + 1. – Consulta em Plataformas Públicas de Preços e Setor Privado

No período de 17/11/2023 à 30/11/2022 foi realizada pesquisa de preço por meio da ferramenta Painel de Preços, Tribunal de Contas do Estado do Ceará e pelo Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) a fim de obter os valores das medianas unitárias para cada serviço objeto deste estudo.

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição** |
| 26190 | TAXA INSTALACAO DO SERVIÇO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) |
| 26204 | ASSINATURA DO SERVIÇO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) |
| 26212 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - FIXO LOCAL |
| 26220 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - FIXO INTER-ESTADUAL |
| 26239 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - MOVEL LOCAL |
| 26247 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - MOVEL INTER-ESTADUAL |
| 26255 | FACILIDADES DO SERVICO DDG (COMUTADO OU DEDICADO) |

Tabela 22: CATSER Serviço DDG - 0800

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **Fonte** | **Ente licitante / objeto** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | PNCP | COMISSÃO NACIONAL DEENERGIA NUCLEAR. SÃO PAULO/SP | R$ 707,64 | Fonte: [https://pncp.gov.br/app/contratos/004025520001](https://pncp.gov.br/app/contratos/00402552000126/2023/161) [26/2023/161](https://pncp.gov.br/app/contratos/00402552000126/2023/161) |
| 2 | PNCP | SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MF –SÃO PAULO/SP | R$ 909,00 | Fonte: [https://pncp.gov.br/app/contratos/003944600](https://pncp.gov.br/app/contratos/00394460000141/2023/821) [00141/2023/821](https://pncp.gov.br/app/contratos/00394460000141/2023/821) |
| 3 | PNCP | TRIBUNAL DE JUSTIÇADO TOCANTINS. PALMAS/TO | R$ 798,00 | Fonte: [https://pncp.gov.br/app/contratos/250531900](https://pncp.gov.br/app/contratos/25053190000136/2023/124) [00136/2023/124](https://pncp.gov.br/app/contratos/25053190000136/2023/124) |

Tabela 23: Mapa Comparativo Setor Público

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **N°** | **Fonte** | **Fornecedor** | **Vlr Unt.** | **LINK** |
| 1 | EMAIL | PLANETA NET TELECOM | R$ 900,00 | Fonte: contato@redeplanetanet.com.br |
| 2 | EMAIL | FG TECH | R$ 1.100,00 |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | Fonte: andreinarodrigues0101@gmail.com |
| 3 | EMAIL | SITELCOM | R$ 1.000,00 | Fonte: andrepedrosacandido@outlook.com |

Tabela 24: Mapa Comparativo Setor privado

# Valores Médios por Serviços em Contratações Anteriores

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **2021** | **2022** |  |
| **Item** | **Qt.** | **Valor****(R$)** | **Qt.** | **Valor****(R$)** | **Valor Médio****Unitário (R$)** |
| TelefoniaFixa | 01 | R$ 10.488,52 | 01 | R$ 8.877,51 | R$ 9.683,01 |
| TelefoniaMóvel | NãoEspec. | R$ 20.236,94 | NãoEspec. | R$ 18.551,23 | R$ 19.394,08 |
| Chip de dados | N/A\* | R$ 00,00 | N/A\* | R$ 00,00 | R$ 00,00 |
| DDG | N/A\* | R$ 00,00 | N/A\* | R$ 00,00 | R$ 00,00 |
| **Total Geral** | **R$ 30.725,46** | **R$ 27.428,74** | **R$ 29.077,10** |

Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

\*N/A – Não se aplica

Tabela 25: Valores médios

.

# Gasto mensal com telefonia 2021/2022

|  |  |
| --- | --- |
| **Mês** | **Gasto com Telefonia Fixa, Móvel e Plano de****dados em 2021** |
| **01/2021** | R$ 3.064,60 |
| **02/2021** | R$ 1.396,75 |
| **03/2021** | R$ 3.443,12 |
| **04/2021** | R$ 2.173,85 |
| **05/2021** | R$ 1.953,58 |
| **06/2021** | R$ 2.279,70 |
| **07/2021** | R$ 3.583,38 |
| **08/2021** | R$ 2.969,36 |
| **09/2021** | R$ 2.691,00 |
| **10/2021** | R$ 2.596,08 |
| **11/2021** | R$ 2.242,30 |
| **12/2021** | R$ 2.331,74 |
| **Total** | **R$ 30.725,46** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Média Mensal** | **R$ 2.560,45** |

Tabela 26: Valores 2021 Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

|  |  |
| --- | --- |
| **Mês** | **Gasto com Telefonia Fixa, Móvel e Plano de****dados em 2022** |
| **01/2022** | R$ 2.332,47 |
| **02/2022** | R$ 2.222,18 |
| **03/2022** | R$ 2.239,68 |
| **04/2022** | R$ 2.404,19 |
| **05/2022** | R$ 2.432,86 |
| **06/2022** | R$ 2.328,18 |
| **07/2022** | R$ 2.346,01 |
| **08/2022** | R$ 2.294,71 |
| **09/2022** | R$ 2.713,78 |
| **10/2022** | R$ 1.934,56 |
| **11/2022** | R$ 2.100,28 |
| **12/2022** | R$ 2.079,84 |
| **Total** | **R$ 27.428,74** |
| **Média Mensal** | **R$ 2.285,73** |

Tabela 27: Valores 2022 Fonte: Portal da Transparência CRO-CE

Não é possível identificar nas despesas, de forma evidente e clara, a utilização do uso de plano de dados móveis. Os gastos mensais de telefonia em anos anteriores com relação a solução referida, verificou-se a inexistência do serviço de discagem direta gratuita (DDG) por meio do sistema 0800. Deste modo, não se pode prever um gasto mensal anterior para embasamento de parâmetros para aquisição, como vemos na tabela acima.

# Estimativa de Custo para Nova Contratação

Para chegarmos ao valor de referência para a contratação, foram considerados os valores de medianas unitárias obtidos da pesquisa no Portal Nacional de Contratações Públicas e pela plataforma Portal de Preços, como detalhada nos itens 9.5.2 ao 9.8.2, e os valores médios obtidos da pesquisa direta com fornecedores, detalhado nas tabelas 10, 15, 20 e 25 deste estudo técnico preliminar.

Após feito o cálculo de média simples entre os dois indicadores foi obtido o Valor

Médio Unitário, que multiplicado pelas quantidades de cada serviço e pela quantidade de 12 meses que é o período de vigência da contratação, obteve-se o Valor Global da contratação.

|  |
| --- |
| **TELEFONIA FIXA, MÓVEL, CHIP DE DADOS E DDG** |
| N° | Itens | Und | Qnt | Valor Médio Unit. | Valor Total |
| 1 | Serviço de telefonia fixa compatível com tronco digital, de número fixo já de uso do CRO/CE para ligações locais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que utilize o CSP com ligações Ilimitadas para qualquer número. | Mês | 12 | R$ 1.596,90 | R$ 19.162,80 |
| 2 | Serviço de telefonia móvel, mediante fornecimento de **20 chips novos**, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de no mínimo, 10 GB por unidade de chip. | Mês | 12 | R$ 1.355,40 | R$ 16.264,80 |
| 3 | Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de **06 chips novos**, adequado para o uso em tablets, compatível com tecnologia 4G ou superior. com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip. | Mês | 12 | R$ 564,12 | R$ 6.769,44 |
| 4 | Serviços de Telefonia de Ligação Gratuita (0800), com instalação e assinatura mensal com as seguintes especificações: Serviço Telefônico 0800 ligações local fixo.Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações local móvel VC1. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional VC2 e VC3 | Mês | 12 | R$ 902,44 | R$ 10.829,28 |
|  | **Total Geral Estimado** | **R$ 53.026,32** |

Tabela 28: Valor estimado para a contratação.

# Justificativa.

Atentando para o objeto a ser contratado, justifica-se por ser considerada os serviços de telefonia fixa, móvel, chip de plano de dados e telefonia com discagem direta gratuita - DDG (0800); essencial e imprescindível para as comunicações do Conselho Regional de Odontologia do Ceará; dada a importância da infraestrutura do sistema de telefonia para a comunicabilidade deste órgão com suas dependências e demais entidades públicas e privadas, bem como seus servidores externos e público em geral, como também possibilitar ao público geral um meio de comunicação eficiente e continuada para com o ente público por meio de canais acessíveis.

# Necessidade De Adequação Do Ambiente Do Órgão Para Atender À Solução

Não identificamos necessidade de adequações do ambiente para as soluções contidas nesta ETP, uma vez que alguns destas soluções encontram-se em pleno funcionamento e outras estão apropriadas para o recebimento de novos serviços de telefonia.

# Resultados e Benefícios Pretendidos.

* 1. **Resultados**

A solução deverá permitir o alcance dos seguintes resultados:

|  |  |
| --- | --- |
| **Item** | **Resultados pretendidos** |
| 1 | A comunicação de voz eficiente entre o CRO-CE e os demais setores internos e externos. Acesso eficiente e contínuo de comunicalidade do público geral com o ente público. |
| 2 | Continuidade e eficiência da comunicação de voz e de dados móveis entre colaboradores externos do CRO- CE durante atuação de suas incumbências laborais. |
| 3 | Eficiência e praticidade tecnológica na obtenção de dados e celeridade no auxílio da fiscalização deste conselho. |
| 4 | Disponibilização de acesso facilitado ao público em geral por meio de um canal gratuito (0800) através do sistema de discagem direta gratuita (DDG). |

Tabela 29: Resultados Almejados

# Benefícios

* + 1. **Redução de custos:** pois permite que seja realizado ligações entre ramais no mesmo DDR, SMP – sistema móvel pessoal, ilimitados, todos sem custo adicional, com aproveitamento da infraestrutura de PABX disponível, tendo previsibilidade financeira anual;
		2. **Maior integração com o público em geral:** a solução do DDG em pauta permite ao público em geral um canal acessível e gratuito de comunicação;
		3. **Aumento da eficiência da comunicação corporativa**: elevando os parâmetros atuais para uma maior eficiência tecnológica e de cobertura por meio de redes móveis de 5ª geração. Alavancando o Conselho Regional de Odontologia do Ceará a parâmetros de equipamentos governamentais de grande porte.

# Riscos do Processo de Contratação

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos relacionados à contratação. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Quanto aos riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de contratação, definiu-se para cada um deles:

1. a probabilidade de ocorrência dos eventos;
2. os possíveis danos potenciais em caso de acontecimentos;
3. possíveis ações preventivas e contingências;
4. bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme as definições de referência a seguir:

# Eixo X – Escala de Probabilidade

**PROBABILIDADE**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Escala** | **Frequência Observada****/Esperada** | **Descritivo de Escala** |
| 5- Muito Alta | >=90% | Evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias |
| 4- Alta | >=50% <90% | Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias |
| 3- Possível | >=30% <50% | Evento deve ocorrer em algum momento |
| 2- Baixa | >=10% <30% | Evento pode ocorrer em algum momento |
| 1- Muito Baixa | <10% | Evento pode acontecer apenas em circunstâncias excepcionais |

Tabela 30: Escala de Probabilidade

# Eixo Y – Escala de Impacto:

1. Peso 5: Catastrófico - o impacto ocasiona colapso às ações de gestão, a viabilidade estratégica pode ser comprometida;
2. Peso 4: Grande - o impacto compromete acentuadamente às ações de gestão, os objetivos estratégicos podem ser fortemente comprometidos;
3. Peso 3: Moderado - o impacto é significativo no alcance das ações de gestão;
4. Peso 2: Pequeno - o impacto é pouco relevante ao alcance das ações de gestão;
5. Peso 1: Insignificante - o impacto é mínimo no alcance das ações de gestão.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direciona as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.



Tabela 31: Escala de Nível de Risco

As cinco escalas de impacto e de probabilidade e os quatro níveis de riscos são classificados em pequeno, moderado, alto e crítico. O produto do impacto pela probabilidade de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz de impacto x probabilidade.

Tabela 32: Impacto X Probabilidade

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento. Na presente situação, de acordo com os parâmetros acima, temos:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ID** | **Tipo****de risco** | **Descrição do Risco** | **Relacionado ao (à)** | **P** | **I** | **Nível de Risco PxI** |
| R01 | O | Justificativa insuficiente da necessidade de aquisição | Processo de Contratação | 1 | 1 | 1 |
| R02 | L e F | Atraso no procedimento formal de compra, impugnação de licitação; | Processo de Contratação | 2 | 1 | 2 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| R03 | F e O | Insuficiência de recursos orçamentários | Processo de Contratação e Gestão Contratual | 1 | 1 | 1 |
| R04 | O e R | Atraso no início da entrega do objeto do contrato pela empresa | Processo de contratação e Gestão Contratual | 2 | 1 | 2 |
| R05 | R e I | Não haver contratação em função da inexistência de empresas que atendam aos requisitos | Processo de Contratação | 1 | 1 | 1 |
| R06 | R e I | Impossibilidade da empresa contratada de realizar o serviço na quantidade, qualidade e prazos estabelecidos; | Processo de contratação e gestão contratual | 1 | 1 | 1 |

Tabela 33: Relação de Riscos Identificados

**O- Risco Operacional-** eventos que podem comprometer as atividades do órgão, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;

 **F**- **Risco Financeiro-** eventos que podem comprometer a capacidade do órgão de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução a orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações;-;

**IM-Risco de Imagem**- eventos que podem comprometer a confiança da sociedade ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores, em relação à capacidade do órgão em cumprir sua missão institucional**;**

**L- Risco Legai**s-eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão;

**I-Risco Inerente-** risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade dos riscos ou seu impacto; **R- Risco Residual-**risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco; Definição baseada na definição na Portaria MCTIC nº 1.740, de 29.03.2018, disposta.

Isto posto, utilizando as definições abaixo, temos:

Para risco pequeno, admite-se aceitação ou adoção as medidas preventivas;

Para risco moderado, alto e crítico deve-se adotar obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ID** | **RISCO** | **NÍVEL DE RISCO** |
| R01 | Justificativa insuficiente da necessidade de aquisição | pequeno |
| R02 | Atraso no procedimento formal de compra, impugnação de licitação; | pequeno |
| R03 | Insuficiência de recursos orçamentários | pequeno |
| R04 | Atraso no início da atividade pela empresa | pequeno |
| R05 | Não haver contratação em função da inexistência de empresas que atendam aos requisitos | pequeno |
| R06 | Impossibilidade da empresa contratada de realizar o serviço na quantidade, qualidade e prazos estabelecidos; | pequeno |

Tabela 34: Tabela de Riscos

Considerando o cenário acima, verifica-se: 6 (seis) riscos pequenos;

0 (zero) risco alto;

0 (zero) risco crítico;

Assim, considerando que o CRO-CE aceita apenas riscos pequenos, tendo em vista as necessidades do negócio, considerando que todos são riscos pequenos, verifica-se risco baixo de eventuais problemas.

# Tratamento De Risco

* + 1. **Riscos Do Processo De Contratação**

|  |  |
| --- | --- |
| **ID** | **RISCO 01** |
| **R 01** | **Risco** | **JUSTIFICATIVA INSUFICIENTE DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO** |
| Probabilidade | Baixa |
| Impacto | Insignificante |
| Dano 01 | Contratação sem necessidade, com excesso ou falta. |
| **ID** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | Verificação criteriosa dos requisitos da aquisição; | Equipe de planejamento do CRO-CE |
| 3 | Verificação do histórico do contrato anterior; | Gestão de Contratos CRO-CE |
| **ID** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Verificação do erro cometido no processo de justificação do processo; | Equipe de planejamento CRO-CE |
| 2 | Melhora das justificativas em documentos subsequentes do fluxo de planejamento de compras; | Equipe de planejamento CRO-CE |
| 3 | Melhora do método de comunicação entre a equipe de planejamento e o setor especialista por meio de padrõesdefinidos; | Equipe de planejamento CRO-CE |

Tabela 35: Risco 01

|  |  |
| --- | --- |
| **ID** | **RISCO 02** |
| **R 02** | **Risco** | **ATRASO NO PROCEDIMENTO FORMAL DE COMPRA** |
| **Probabilidade** | Baixa |
| **Impacto** | Insignificante |
| **Dano 01** | Atraso no início da prestação do serviço. |
| **Dano 02** | Aumento do tempo da licitação |
| **ID** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| **1** | Verificação criteriosa dos prazos e cobrança antecipada dos responsáveis pelas tarefas do fluxo do processo de compras. | Equipe de Planejamento de Contratos ; Equipe de Compras e Licitação do CRO-CE |
| **ID** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Verificar a pendência e responsáveis, retomar ou recomeçar o processo licitatório o mais rápido possível. | Equipe de Planejamento de Contratos e Equipe de Compras e Licitação do CRO-CE |

Tabela 36: Risco 02

|  |
| --- |
| **RISCO 03** |
|  | **Risco** | **INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS;** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **R03** | **Probabilidade** | Muito Baixa |
| Impacto | Pequeno |
| **Dano 01** | Atraso do processo de contratação |
| **ID** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| **1** | Cumprimento à risca dos elementos formais do processo Licitatório; Verificar se há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente. Este orçamento deve ter sido previsto no primeiro quadrimestre do exercício anterior, no momento da elaboração da proposta orçamentária de telefonia, que posteriormente compôs a proposta orçamentária do órgão;1 | Equipe de Licitação e planejamento |
| **ID** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Em caso de cancelamento total do Processo Licitatório, elaborar outro processo de compra o mais rápido possível; | Equipe de planejamento |

1 Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação, TCU.

Tabela 37: Risco 03

|  |  |
| --- | --- |
| **ID** | **RISCO 04** |
| **R 04** | **Risco** | **ATRASO NO INÍCIO DA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO PELA EMPRESA** |
| **Probabilidade** | Baixa |
| **Impacto** | Insignificante |
| **Dano 01** | Uso do sistema sem conformidade legal |
| **ID** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Elaborar e usar um documento oficial para comunicação; | Equipe de planejamento e Gerência do CRO-CE |
| **ID** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Cobrar os responsáveis, aplicar as penalidades referentes ao atraso ; | Gestão de Contratos |

Tabela 38: Risco 04

|  |  |
| --- | --- |
| **ID** | **RISCO 05** |
| **R 05** | **Risco** | **NÃO HAVER CONTRATAÇÃO EM FUNÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE EMPRESAS QUE ATENDAM AOS REQUISITOS** |
| Probabilidade | Muito Baixa |
| Impacto | Insignificante |
| Dano 01 | Atraso na entregas das licenças |
| **ID** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Elaborar um processo de licitação com objeto bem planejado | Gestão de planejamento e equipe de fiscalização |
| **ID** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1 | Fazer um novo processo licitatório | Gerência CRO- CE e Setor de Licitação |

Tabela 39: Risco 05

|  |  |
| --- | --- |
| **ID** | **RISCO 06** |
| **R06** | **Risco** | **IMPOSSIBILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA** |
|  | **DE REALIZAR O SERVIÇO NA QUANTIDADE, QUALIDADE E PRAZOS ESTABELECIDOS;** |
| **Probabilidade** | Muito Baixa |
| **Impacto** | Insignificante |
| **Dano 01** | Não entrega das licenças |
| **ID** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1 | Realizar reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas, que deve ocorrer imediatamente após a assinatura do contrato, de modo que os elementos básicos do contrato fiquem claros para ambas as partes, especialmente a prazos e modo deexecução. | Gerência e Gestão de Contratos do CRO-CE |
| **ID** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | Em caso de atraso, procurar representantes das empresas para as devidas providências, em caso de não retorno, aplicar as sanções cabíveis. Ao mesmo tempo, realizar reuniões com o corpo técnico para que procurem medidas técnicas para controle de riscos técnicos inerentes à execução do sistema por outro meio. | Equipe de planejamento |

Tabela 40: Risco 06

# Declaração Da Viabilidade Ou Não Da Contratação

Com o propósito de cumprir as normas do TCU, para fins de registro e consequente análise, tem-se abaixo o check list elencado pelo TCU2 para as devidas conclusões do presente trabalho:

|  |  |
| --- | --- |
| **PONTOS RELEVANTES** | **SITUAÇÃO** |
| 1) há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente. Este orçamento deve ter sido previsto no primeiro quadrimestre do exercício anterior, no momento da elaboração da proposta orçamentária de telefonia, que posteriormente compôs a proposta orçamentária do órgão; | SIM |
| 2) no caso de contratação que possa se estender por vários exercícios, há perspectiva de provimento de recursos ao longo desses exercícios (e.g. serviços contínuos).Exemplos (incorporação de novas funcionalidades); | SIM |
| 3) a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada; | SIM |
| 4) o alinhamento da contratação com os planos do órgão público está devidamente demonstrado; | SIM |
| 5) todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive, o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão; | SIM |
| 6) as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas; | SIM |
| 7) a análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade desta autarquia; | SIM |
| 8) a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada; | SIM |

|  |  |
| --- | --- |
| 9) as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e as despesas corretivas e preventivas após a implantação da solução são de atribuição da contratada | SIM, está incluída no valor total do serviço. |
| 10) a solução de telefonia a contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação; | SIM |
| 11) há justificativas para o pagamento das soluções de forma mensal, se for o caso; | SIM |
| 12) os resultados pretendidos com as contratações foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (e.g. diminuição do consumo de papel ou de energia elétrica), bem como, se for caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços, de forma a atender à necessidade dacontratação; | SIM |
| 13) os impactos esperados com a implantação e operação das soluções foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis, inclusive aquelas relativas ao impacto ambiental das soluções e à disponibilidade de pessoal qualificado disponível para gerir o contrato (e.g. gestor do contrato, fiscalizador e comissão de recebimento), na área de telefonia; | SIM |
| 14) os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados; | SIM |
| 15) a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável; | SIM |
| 16) há evidências de que a área requisitante se comprometeu com o planejamento preliminar da solução (elaboração dos estudos técnicos preliminares) e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência ou do projeto básico e apoiará o esforço de gestão do contrato (e.g. mediante participação no recebimento dos produtos e serviços entregues, naperspectiva do negócio). | SIM |

Tabela 41: Pontos Relevantes

1. Guia de boas contratação de soluções de tecnologia da informação - Riscos e controles para o planejamento da contratação. TCU, 2012.

# Conclusão

À luz do exposto, as soluções são viáveis, deste modo, considerando que o Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO-CE não pode ficar sem o sistema de comunicação, sendo este necessário que seja contratada a comunicação já instalada, sob pena deste Conselho ficar sem um instrumento de comunicação local. Visando também proporcionar canais de comunicação gratuitos entre o público geral e a entidade pública de forma célere e eficiente, sendo este necessário que seja contratada e instalada, sob pena da coletividade ser impedida de acessar tais canais.

Ainda, as respostas referentes ao checklist acima foram positivas e sem nenhuma observação contrária. Também, considerando que o presente planejamento está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto e atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, como também aos benefícios pretendidos, e considerando que os riscos envolvidos são mínimos e administráveis, entende- se que deva ser feita a nova contratação. Entende-se também que deva ser feita a contratação de uma nova solução de telefonia denominada de telefonia com discagem direta gratuita por meio do número 0800. Desta forma, alavancar o CRO-CE a patamares de gestão telefônica, nivelando-o a entes governamentais de grande porte.

Fortaleza/CE, 11 de dezembro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| Carlos Renan de Oliveira SousaGestor de Contrtato/Gerente | Helyannai Herysson Baptista dos SantosSetor de Compras |

|  |
| --- |
| Karisie Figueirêdo JorgeAgente de contratação/pregoeira |

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

**ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA**

O Conselho Regional de Odontologia do Ceará- CRO/CE, constitui objeto deste termo a **contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia fixa com portabilidade de número e telefonia móvel, mediante fornecimento de chip também com portabilidade, na modalidade Serviço Móvel Pessoal - SMP, para transmissão de voz e dados móveis e só dados móveis, Discagem Direta Gratuita – DDG com número (0800) conforme detalhamento do ETP, para atender as demandas deste Conselho** **de Odontologia do Ceará** em conformidade com o Plano Geral de Outorgas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

## DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DETALHAMENTO DOS ITENS** | **UNID** | **QUANT** |
| 01 | Serviço de telefonia fixa compatível com tronco digital, de número fixo já de uso do CRO/CE para ligações locais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que utilize o CSP com ligações ilimitadas para qualquer número.  | MÊS | 12 |
| 02 | Serviço de telefonia móvel, mediante fornecimento de **20 chips novos**, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de no mínimo, 10 GB por unidade de chip | MÊS | 12 |
| 03 | Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de **06 (seis) chips novos**, adequado para o uso em tablets, compatível com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip. | MÊS | 12 |
| 04 | Serviços de Telefonia de Ligação Gratuita (0800), com instalação e assinatura mensal com as seguintes especificações: Serviço Telefônico 0800 ligações local fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações local móvel VC1. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional VC2 e VC3 | MÊS | 12 |

Tabela 1: Especificação dos itens a serem contratados

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

## Planilha com respectivos códigos

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição Telefonia Fixa** |
| 21873 | TELEFONIA FIXA COMUTADA / CONVENCIONAL |
| 26085 | TAXA DE INSTALACAO/HABILITACAO DE SERVICO DE TELEFONIA STFC |
| 26093 | ASSINATURA DE DDR |
| 26107 | ASSINATURA DE RAMAL TELEFÔNICO |
| 26115 | CHAMADAS LOCAIS FIXO-FIXO STFC-LOCAL-FF |
| 26123 | CHAMADAS LOCAIS FIXO-MOVEL STFC-LOCAL-FM (VC1) |
| 26140 | CHAMADAS NACIONAIS FIXO-MOVEL - STFC-LDN-FM (VC2 E VC3) |

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição Telefonia Móvel - SMP** |
| 26271 | CHAMADAS LOCAIS MOVEL-MOVEL INTRAOPERADORA SMP-LOCAL-MM-IO(VC1) |
| 26280 | CHAMADAS LOCAIS MOVEL-MOVEL EXTRAOPERADORA SMP-LOCAL-MM-EO(VC1) |
| 26298 | CHAMADAS LOCAIS MOVEL-FIXO SMP-LOCAL-MF (VC1) |
| 26301 | CHAMADAS NACIONAIS MOVEL-MOVEL INTRAOPERADORA SMP-LDN-MM-IO(VC2 EVC3) |
| 26310 | CHAMADAS NACIONAIS MOVEL-MOVEL EXTRAOPERADORA SMP-LDN-MM-EO(VC2 EVC3) |
| 26328 | CHAMADAS NACIONAIS MOVEL-FIXO SMP-LDN-MF (VC2 E VC3) |
| 26344 | ACESSO A INTERNET MOVEL (BANDA LARGA) |
| 26387 | PACOTE DE SERVICOS SMP (VOZ, DADOS, SMS, ETC) |

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição Chip de Plano de Dados** |
| 26344 | ACESSO A INTERNET MOVEL (BANDA LARGA) |
| 26387 | PACOTE DE SERVICOS SMP (VOZ, DADOS, SMS, ETC) |
| 26379 | CHIP AVULSO |

|  |  |
| --- | --- |
| **CATSER** | **Descrição de Discagem Diereta Gratuita - DDG** |
| 26190 | TAXA INSTALACAO DO SERVIÇO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) |
| 26204 | ASSINATURA DO SERVIÇO DE DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) |
| 26212 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - FIXO LOCAL |
| 26220 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - FIXO INTER-ESTADUAL |
| 26239 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - MOVEL LOCAL |

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

|  |  |
| --- | --- |
| 26247 | DISCAGEM DIRETA GRATUITA (DDG) - MOVEL INTER-ESTADUAL |
| 26255 | FACILIDADES DO SERVICO DDG (COMUTADO OU DEDICADO) |

## JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE.

Atentando para o objeto a ser contratado, justifica-se por ser considerada os serviços de telefonia fixa, móvel, chip de plano de dados e serviços de telefonia com discagem direta gratuita – DDG com número (0800), sendo essencial e imprescindível para as comunicações do Conselho Regional de Odontologia do Ceará; dada a importância da infraestrutura do sistema de telefonia para a comunicabilidade deste órgão com suas dependências e demais entidades públicas e privadas, bem como seus servidores externos e público em geral, e assim possibilitar um meio de comunicalidade eficiente e continuada mediante canais acessíveis para tal finalidade.

## DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

* 1. Os objetos e serviços serão solicitados após a homologação do certame, sendo o prazo para entrega dos mesmos, depois de enviada a respectiva ordem de compra/serviço, deverá ser de no máximo 30 (trinta) dias corridos em uma única remessa
	2. Os objetos e serviços a serem fornecidos deverão ser entregues na sede CRO-CE, situada na Rua Gonçalves Ledo, 1655, Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, e deverão ser realizados no horário comercial da Autarquia.
		1. A Contratada deverá comunicar o CRO-CE com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para entrega dos aparelhos.
		2. Todos os serviços deverão ser homologados pela ANATEL.
		3. Todos os cartões SIM fornecidos deverão vir acompanhados da nota fiscal.
	3. Os objetos do contrato serão recebidos conforme solicitação, na seguinte forma:
1. provisoriamente, no ato do recebimento do bem/produto;
2. definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
	1. Os bens ou os serviços cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do termo de referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência,

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

* 1. O prazo para início da instalação dos serviços de telefonia em geral será de até 05 (cinco) dias úteis para a telefonia fixa, móvel e DDG; e de até 10 (dez) dias corridos para a entrega dos cartões SIM chip de dados. Tendo o prazo de até 30 (trinta) dias para findar a completa instalação, sendo que os serviços de telefonia existente atualmente no prédio do Conselho Regional de Odontologia do Ceará não poderão sofrer descontinuidade total, cabendo à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;

## CONDIÇÕES DO PAGAMENTO.

1. O pagamento será feito pelo CRO-CE, creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária/depósito em conta/boleto/fatura, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.
2. O pagamento dos serviços ocorrerá mensalmente conforme fatura enviada ao CONTRATANTE pela CONTRATADA, contados do recebimento definitivo objeto e instalação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

* 1. O critério de julgamento empregado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração será o de Menor Preço Global, conforme as condições previstas neste instrumento e no futuro edital.
	2. As estimativas de preços serão indicadas quando da realização da pesquisa de mercado, em atendimento às condições e metodologias indicadas na IN 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
	3. O custo estimado da contratação deverá ser indicado no edital.
	4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

* 1. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;
	2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
	3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive, permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, se necessário;
	4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior e/ou caso fortuito, justificados ao CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;
	5. Manter seus dados cadastrais junto à CONTRATADA devidamente atualizados;
	6. Efetuar o pagamento da nota fiscal / fatura de prestação de serviços de telecomunicações no vencimento;
	7. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 90 (noventa) dias, para que possa ser analisada a nova condição de atendimento;

## DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

* 1. Dar plena e fiel execução do contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
	2. Fornecer, ativar e manter os meios de comunicação até os pontos de terminação de rede;
	3. Efetuar manutenções preventivas e corretivas dos feixes digitais E1 RD2 com DDR e com o DDG (0800);
	4. Disponibilizar acesso ininterrupto ao serviço, 24h (vinte e quatro horas) por dia, todos os dias do ano, ressalvadas as interrupções causadas por casos fortuitos ou motivos de força maior, ou ainda aquelas previamente acordadas entre as partes;
	5. Definir os meios e recursos técnicos que devem ser empregados na transmissão dos sinais através de Rede Pública de Telecomunicações;
	6. Definir e especificar as características técnicas que devem ser obedecidas para a manutenção da rede interna do CONTRATANTE;
	7. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CONTRATANTE;
	8. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;
	9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
	10. Atender de imediato às solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo providenciar a correção no prazo máximo de 6 (seis) horas, a contar da notificação;
	11. Quando ocorrer defeito que exija mais tempo, deverá ser negociado com o CONTRATANTE que, achando conveniente, concederá prorrogação deste prazo, por escrito mediante e-mail institucional;
	12. Comunicar ao CONTRATENTE, com prazo de antecedência de 05 (cinco) dias úteis, a suspensão ou alteração do serviço a ser promovida, quando vier a ocorrer paralisação decorrente de manutenção ou de alteração dos meios técnicos operacionais e o tempo previsto;
	13. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até oito horas, a contar da notificação;
	14. Indicar, entre seus técnicos e/ou funcionários um funcionário/consultor, para possíveis contatos, principalmente quanto ao acompanhamento, à prestação e faturamento dos serviços contratados, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
	15. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, após comprovação dos mesmos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;
	16. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
	17. Manter, durante a vigência do contrato, a Certidão Negativa de Débitos – CND, Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS, bem como a Certidão Trabalhista, devidamente atualizados;
	18. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços, nos termos do art. 125, da Lei 14.133/21;
	19. Orientar o CONTRATANTE para a operação e uso adequado do serviço, sendo essa orientação limitada às ações necessárias para o estabelecimento do acesso;
	20. Comprometer-se a não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser contratado, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
	21. Comunicar a CONTRATANTE, através de sua Diretoria de Serviços de Infraestrutura Logística e Segurança, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
	22. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização do CONTRATANTE;
	23. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
	24. O prazo para instalação dos serviços propostos será de até sessenta dias, a contar da assinatura do contrato, sendo que os serviços de telefonia existente atualmente no prédio do Conselho Regional de Odontologia do Ceará não poderão sofrer descontinuidade total, cabendo à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;
	25. Fornecer o meio de transmissão via fibra;
	26. A operadora deverá comunicar ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter ou manutenções julgadas necessárias.

## PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO.

* 1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do respectivo termo contratual, prorrogável a critério do CRO-CE, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, nos termos dos artigos 107 e 108 da Lei 14.133/2021.

## VALOR ESTIMADO.

Para chegarmos ao valor de referência para a contratação, foram considerados para composição do valor estimado as medianas unitárias obtidas por meio de pesquisas em plataformas de contratação públicas e valores médios obtidos por pesquisa direta com fornecedores, conforme estudo técnico preliminar.

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

Após feito o cálculo de média simples entre os dois indicadores foi obtido o Valor Médio Unitário de cada item, como também o valor estimado geral de cada serviço e pela quantidade de 12 meses que é o período de vigência da contratação, obtendo assim o valor global da contratação.

|  |
| --- |
| **TELEFONIA FIXA, MÓVEL E CHIP DE DADOS** |
| N° | Itens | Und | Qnt | Valor Médio Unit. | Valor Total |
| 1 | Serviço de telefonia fixa compatível com tronco digital, de número fixo já de uso do CRO/CE para ligações locais e nacionais ilimitadas de qualquer operadora desde que utilize o CSP com ligações Ilimitadas para qualquer número. | Mês | 12 | R$ 1.596,90 | R$ 19.162,80 |
| 2 | Serviço de telefonia móvel, mediante fornecimento de **20 chips novos**, compatível com portabilidade, para transmissão de voz para ligações locais e nacionais ilimitadas e internet por dados móveis, com tecnologia 4G ou superior, com plano mensal de dados móveis de no mínimo, 10 GB por unidade de chip. | Mês | 12 | R$ 1.355,40 | R$ 16.264,80 |
| 3 | Serviço de internet móvel, mediante fornecimento de **06 chips novos**, adequado para o uso em tablets, compatível com tecnologia 4G ou superior. com plano mensal de dados móveis de, no mínimo com 10 GB por unidade de chip. | Mês | 12 | R$ 564,12 | R$ 6.769,44 |
| 4 | Serviços de Telefonia de Ligação Gratuita (0800), com instalação e assinatura mensal com as seguintes especificações: Serviço Telefônico 0800 ligações local fixo.Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional fixo. Serviço Telefônico 0800 ligações local móvel VC1. Serviço Telefônico 0800 ligações longa distância nacional VC2 e VC3 | Mês | 12 | R$ 902,44 | R$ 10.829,28 |
|  | **Total Geral Estimado** | **R$ 53.026,32** |

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

## DA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

* 1. Sem prejuízo dos documentos de habilitação elencados no edital, e durante a fase de habilitação, a licitante deverá apresentar um ou mais atestados (ou declaração) de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante para o desempenho de atividades compatíveis em características, quantidades e prazos ao objeto deste Termo de Referência.

## SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

* 1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
3. Fraudar na execução do contrato;
4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
5. Cometer fraude fiscal.
	1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no art.156, da Lei nº 14.133/2021:
6. – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Administração;
	1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
7. – Multa prevista na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a administração;
	1. Multa de:
		1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não- aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

* + 1. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
		2. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
		3. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
		4. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
		5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
1. – Suspensão por até 03 (três) anos do direito de licitar com a Administração, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízos para a Administração, conforme o § 4º, art. 156, da Lei nº 14.133/2021.
2. - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
3. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associam-se à prática de lícito penal.

**11.3** As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto deste contrato.

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

## DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

* 1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar e/ou solicitar esclarecimentos sobre os termos deste Edital.
	2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica no campo específico da plataforma da BBM NET.
	3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
	4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
	5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço da plataforma BBM NET.
	6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.
	7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

## DISPOSIÇÕES GERAIS.

* 1. Este Termo de Referência regula-se pela Lei nº 14.133/21, cláusulas e preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, principalmente as do Código de Defesa do Consumidor.
	2. Estão incluídos no preço todos os custos de fornecimentos e/ou serviços, sendo de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a quitação das obrigações tributárias (diretas ou indiretas), previdenciárias, trabalhistas, securitárias, taxas, transportes e equipamentos que incidam ou venham a incidir sobre o Objeto deste contrato.
	3. CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução, integral ou não, ou inexecução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado em decorrência de seu ato, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Rua Gonçalves Lêdo, 1655 – Joaquim Távora CEP: 60.110-261-Fortaleza-Ceará Fone: (85) 3464.2100 (85) 98802-9603 - E-Mail: cro@cro-ce.org.br

## DOTAÇAO ORÇAMENTÁRIA.

* 1. As despesas decorrentes deste objeto estão previstas nas Notas de Pré-Empenho, sob a Rubrica 6.2.2.1.1.01.04.04.004.004 – Serviços de internet e Telefonia em Geral

## APROVAÇÃO DO TR PELA PRESIDÊNCIA.

De acordo.

Fortaleza/CE, 11 de dezembro de 2023

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_
Gládyo Gonçalves Vidal

Presidente do Conselho Regional de Odontologia do Ceará

**ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

|  |
| --- |
| **PROPOSTA** |
| **NÚMERO DO PREGÃO:** |
| **OBJETO:** |
| **ITENS/LOTES:** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Especificação** | **Marca** | **Unid.** | **Qtde.** | **Valor Unit** | **Valor Total** |
|  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| Valor total do item (em R$): |
| Prazo de Entrega: |
| Prazo de validade da Proposta (em dias, conforme estabelecido em edital): |
| Declaração de que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referentes a tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre a contratação, inclusive a margem de lucro. |
| Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa Proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital). |
| **Data:** |

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO**

## 1 - DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO

**DECLARAÇÃO (NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR),**

1. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus documentos complementares, cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;
2. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88;
3. Declaro que não recebi da administração direta ou indireta ou de qualquer outra entidade, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração pública, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, autarquias, estadual e municipal;
4. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

 (CE), de 20 .

## DECLARANTE

**ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO**

INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO - STFC, SERVIÇO TELEFÔNICO MÓVEL – SMP, CARTÕES SIM DE PLANO DE DADOS E TELEFONIA COM DISCAGEM DIRETA GRATUITA – DDG, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO-CE E A EMPRESA --------------

**CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO CEARÁ – CRO/CE**, Autarquia Federal,

inscrita no CNPJ sob nº 07.299.589/0001-10, sediada nesta Capital, na sede localizada na Rua Gonçalves Ledo, Nº 1655, Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP: 60.110-261 , neste ato representada por seu Presidente, **GLÁDYO GONÇALVES VIDAL**, doravante denominada CONTRATANTE, e

 , pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº , sediada na cidade de , na Av/Rua , neste ato representada pelo seu Procurador/Sócio/Gerente, Sr. (a)

 , (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito no CPF/MF sob o nº

 , portador da cédula de identidade nº , expedida pela , em conformidade com a documentação constante do **PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO NºXXXXXXXXXXX** doravante denominada CONTRATADA, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento, este **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC, SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL, SERVIÇO DE DISCAGEM GIRETA GRATUITA**

**– DDG e CARTÃO SIM DE PLANO DE DADOS MÓVEIS,** em decorrência do **PREGÃO ELETRÔNICO CRO-CE nº ---/2023,** sob o regime de empreitada por preço unitário, e que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pelas demais normas estabelecidas pela ANATEL e, no que couber, pelas Instruções Normativas SEGES/MP nº 05/2017 e nº 03/2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, assim como as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

* + 1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia fixa com portabilidade de número e telefonia móvel, mediante fornecimento de chip também com portabilidade, na modalidade Serviço Móvel Pessoal - SMP, para

transmissão de voz e dados móveis e só dados móveis, Discagem Direta Gratuita – DDG com número (0800), para o Conselho Regional de Odontologia do Ceará, em conformidade com o Plano Geral de Outorgas da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em especial, no Termo de Referência.

* + 1. As especificações seguirão o que se propõe no detalhamento abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO** | **UNID** | **QUANT** |
|  |  |  |  |

* + 1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico CRO-CE nº --/2023**, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO.

* + 1. O prazo para início da instalação dos serviços de telefonia em geral será de até 05 (cinco) dias úteis para a telefonia fixa, móvel e DDG, e de até 10 (dez) dias corridos para a entrega dos cartões SIM chip de dados. Tendo o prazo de até 30 (trinta) dias para findar a completa instalação, sendo que os serviços de telefonia existente atualmente no prédio do Conselho Reggional de Odontologia do Ceará não poderão sofrer descontinuidade total, cabendo a CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;
		2. Os objetos e serviços a serem fornecidos deverão ser entregues na sede CRO-CE, situada na Rua Gonçalves Ledo, 1655, Joaquim Távora, Fortaleza-Ceará, e deverão ser realizados no horário comercial da Autarquia.
			1. A Contratada deverá comunicar o CRO-CE com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para entrega dos aparelhos.
			2. Todos os serviços deverão ser homologados pela ANATEL.
			3. Todos os cartões SIM fornecidos deverão vir acompanhados da nota fiscal.
		3. Os objetos do contrato serão recebidos conforme solicitação, na seguinte forma:
1. provisoriamente, no ato do recebimento do bem/produto;
2. definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
	* 1. Os bens ou os serviços cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do termo de referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

* + 1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses conforme fixado no Edital, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 120 (sessenta) meses, conforme preconiza o art. 107 e 108, da Lei nº 14.133 de 2021, atentando, em especial, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
			1. Seja juntado informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
			2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na manutenção do serviço;
			3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
			4. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
			5. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.
		2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

## CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

* 1. A execução do presente Contrato será pelo regime de pagamento mensal mediante o fornecimento dos serviços prestados;
	2. Os itens objeto deste contrato serão entregues em perfeita condição de uso e deexecução para os serviços, nos exatos termos do contrato, sem qualquer despesa adicional.
	3. Os cartões SIM plano de dados móveis serão solicitados após a homologação do certame, sendo o prazo para entrega dos mesmos de até 10 (dez) conforme o item 2.1.
	4. Os materiais/serviços a serem fornecidos deverão ser entregues na sede Administrativa do CRO-CE, situada na Rua Gonçalves Ledo, 1655, Joaquim Távora no município de Fortaleza/CE, e deverão ser realizados no horário comercial da Autarquia.
		1. A Contratada deverá comunicar ao CRO-CE com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para entrega dos cartões de dados SIM e da instalação dos serviços.
		2. Os cartões SIM deverão estar acondicionados preferencialmente em embalagens recicláveis, biodegradáveis e lacrados de forma a ficar protegido da ação da luz, poeira, umidade, assim como constar referência e marca do fabricante.
		3. Todos os itens, objeto deste pregão devem ser homologados pela ANATEL.
		4. Todos os aparelhos e cartões SIM fornecidos deverão vir acompanhados da notafiscal.
	5. Os objetos do contrato serão recebidos conforme solicitação, na seguinte forma:
1. provisoriamente, no ato do recebimento do bem/produto;
2. definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.
	1. Os itens cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a

especificação do termo de referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato ao responsável, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

* 1. Os itens, objeto deste pregão, serão recebidos provisoriamente no âmbito estabelecido neste edital, para efeito simultâneo ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo, observado o prazo de até 15 (quinze) dias corridos da entrega.
	2. A CONTRATANTE designa o Sr , como gestor e responsável pelo presente

contrato, a qual será a responsável para o acompanhamento do contrato.

## CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

* + 1. O valor mensal da contratação é de R$ .......... (. ..............), perfazendo o valor total /anual de R$ ....... ( ..), conforme tabela abaixo:

|  |
| --- |
| **TELEFONIA FIXA, MÓVEL, CHIP DE DADOS E DDG** |
| N° | Itens | Und | Qnt | Valor Médio Unit. | Valor Total |
|  |  |  |  | R$ ----- | R$ ---- |

* + 1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

* + 1. O pagamento será feito pelo CRO-CE, creditado em nome da Contratada, em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária/depósito em conta/boleto/fatura, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas.
		2. O pagamento dos serviços ocorrerá mensalmente conforme fatura enviada ao CONTRATANTE pela CONTRATADA, contados do recebimento definitivo objeto e instalação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
		3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
		4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação do objeto, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
		5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
		6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
		7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
		8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
		9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na Legislação aplicável.

## CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

* 1. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho;
	2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
	3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive, permitir o acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, se necessário;
	4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior e/ou caso fortuito, justificados ao CONTRATANTE, não devam ser interrompidos;
	5. Manter seus dados cadastrais junto à CONTRATADA devidamente atualizados;
	6. Efetuar o pagamento da nota fiscal / fatura de prestação de serviços de telecomunicações no vencimento;
	7. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência de 90 (noventa) dias, para que possa ser analisada a nova condição de atendimento;

## CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

* 1. Dar plena e fiel execução do contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;
		1. Fornecer, ativar e manter os meios de comunicação até os pontos de terminação de rede;
		2. Efetuar manutenções preventivas e corretivas dos feixes digitais E1 RD2 com DDR e com o DDG (0800);
		3. Disponibilizar acesso ininterrupto ao serviço, 24h (vinte e quatro horas) por dia, todos os dias do ano, ressalvadas as interrupções causadas por casos fortuitos ou motivos de força maior, ou ainda aquelas previamente acordadas entre as partes;
		4. Definir os meios e recursos técnicos que devem ser empregados na transmissão dos sinais através de Rede Pública de Telecomunicações;
		5. Definir e especificar as características técnicas que devem ser obedecidas para a manutenção da rede interna do CONTRATANTE;
		6. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços, ainda que no recinto do CONTRATANTE;
		7. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes em âmbito federal, estadual ou municipal, bem ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;
		8. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com observância das normas legais e regulamentares aplicáveis e obedecendo a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
		9. Atender de imediato às solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo providenciar a correção no prazo máximo de 6 (seis) horas, a contar da notificação;
		10. Quando ocorrer defeito que exija mais tempo, deverá ser negociado com o CONTRATANTE que, achando conveniente, concederá prorrogação deste prazo, por escrito mediante e-mail institucional;
		11. Comunicar ao CONTRATENTE, com prazo de antecedência de 05 (cinco) dias úteis, a suspensão ou alteração do serviço a ser promovida, quando vier a ocorrer paralisação decorrente de manutenção ou de alteração dos meios técnicos operacionais e o tempo previsto;
		12. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados, devendo as falhas, que porventura venham a ocorrer, serem sanadas em até oito horas, a contar da notificação;
		13. Indicar, entre seus técnicos e/ou funcionários um funcionário/consultor, para possíveis contatos, principalmente quanto ao acompanhamento, à prestação e faturamento dos serviços contratados, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
		14. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, após comprovação dos mesmos, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE;
		15. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
		16. Manter, durante a vigência do contrato, a Certidão Negativa de Débitos – CND, Federal, Estadual e Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS, bem como a Certidão Trabalhista, devidamente atualizados;
		17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões dos serviços, nos termos do art. 125, da Lei 14.133/21;
		18. Orientar o CONTRATANTE para a operação e uso adequado do serviço, sendo essa orientação limitada às ações necessárias para o estabelecimento do acesso;
		19. Comprometer-se a não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser contratado, salvo mediante prévia e expressa autorização do CONTRATANTE;
		20. Comunicar a CONTRATANTE, através de sua Diretoria de Serviços de Infraestrutura Logística e Segurança, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
		21. Não veicular publicidade acerca da contratação, salvo mediante prévia autorização do CONTRATANTE;
		22. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;
		23. O prazo para instalação dos serviços propostos será de até sessenta dias, a contar da assinatura do contrato, sendo que os serviços de telefonia existente atualmente no prédio do Conselho Regional de Odontologia do Ceará não poderão sofrer descontinuidade total, cabendo à CONTRATADA operacionalizar a manutenção dos serviços, até findo o prazo temporal citado neste item;
		24. A operadora deverá comunicar ao Conselho Regional de Odontologia do Ceará, por escrito, qualquer anormalidade de caráter ou manutenções julgadas necessárias.

## CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
1. Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer

das obrigações assumidas na contratação;

1. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
2. Fraudar na execução do contrato;
3. Comportar-se de modo inidôneo; ou
4. Cometer fraude fiscal.
	1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades previstas no art.156, da Lei nº 14.133/2021:
5. – Advertência, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para a Administração;
	1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
6. – Multa prevista na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para a administração;
	1. Multa de:
		1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não- aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
		2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
		3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
		4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
		5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação),observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
		6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
7. – Suspensão por até 03 (três) anos do direito de licitar com a Administração, nas hipóteses de execução irregular, atrasos ou inexecução de que resulte prejuízos para a Administração, conforme o § 4º, art. 156, da Lei nº 14.133/2021.
8. - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
9. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, os atrasos ou a inexecução associam-se à prática de lícito penal.
	* 1. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e, desde que formuladas no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do vencimento estipulada para o cumprimento do objeto deste contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

* + 1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar e/ou solicitar esclarecimentos sobre os termos deste Edital.
		2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica no campo específico da plataforma da BBM NET.
		3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
		4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
		5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser

enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço da plataforma BBM NET.

* + 1. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência.
		2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

##  CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

* + 1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes.
		2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
		3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
			1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
			2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
		4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações neleestipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
		5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
		6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
			1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
		7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
			1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
			2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
			3. Indenizações e multas.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRO-CE deste exercício, na dotação abaixo discriminada: 6.2.2.1.1.01.04.04.004.004-Serviços de Internet e Telefônia em Geral

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

* + 1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos
1. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALETRAÇÕES**
	1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
		1. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
		2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

* + 1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

* + 1. É eleito o foro da Comarca de Fortaleza para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fortaleza, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 20\_\_\_.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Conselho Regional de Odontologia do CearáGládyo Gonçalves VidalPresidenteCONTRATANTE |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_NOME EMPRESARIALCNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Sr(a). \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF: nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CONTRATADA |
|  |  |  |
| **Testemunhas:** |  |  |
|  |  |  |
| Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |  | Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |